

EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL NAS ESCOLAS: ONDE ESTÁ O PSICÓLOGO?

Cíntia Barros de Abreu Jarjor¹

Angélica Alexandrina César de Carvalho²

Claudimara Chisté Santos³

Wilza Alexandra de Carvalho Rodrigues Vitorino⁴

RESUMO

A BNCC – Base Nacional Comum Curricular - passa a inserir a educação socioemocional no currículo da Educação Básica nos anos de 2017 e 2018. Tal inserção é um passo em direção à concretização de uma Educação que propõe a integralidade do papel social da escola. Juntamente com a necessidade de efetivação das proposições da BNCC, empresas e instituições buscam de forma mercadológica a integração de seus programas e produtos que auxiliem no atendimento das competências socioemocionais preconizadas. Este artigo tem por metodologia o relato de experiência a partir de vivências no contexto da coordenação de Psicologia da rede pública de Educação em um município do agreste pernambucano. Através do aporte teórico da Psicologia Escolar de viés crítico, buscou-se construir reflexões acerca da inserção da educação socioemocional em contextos escolares, em paralelo com a inserção e ausências dos psicólogos nas escolas. Como resultados aponta-se para a urgência da inserção de profissionais de Psicologia em contextos escolares enquanto atores capacitados para manejar demandas de saúde mental que perpassam questões socioemocionais, além da possibilidade de contribuição do conhecimento técnico e aporte crítico para além da mera aplicação dos materiais propostos pelas editoras.

Palavras-chave: Educação Socioemocional, Psicologia Escolar, BNCC, Educação Pública.

INTRODUÇÃO

A necessidade de intervenções voltadas para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais no contexto escolar atravessa décadas. Foi na década de 90 que a Educação Socioemocional conseguiu inserção no campo científico, compreendendo os constructos da inteligência emocional, das habilidades e competências socioemocionais, e alertando para o investimento do desenvolvimento integral do estudante, contemplando seu desenvolvimento social, emocional e acadêmico, buscando ainda promover diálogo e inclusão da família, escola e comunidade escolar (Marin et al., 2017).

No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada no ano de 2018 pelo

¹ Mestra pelo Curso de Psicologia da Universidade de Pernambuco – UPE, cba.barros.psi@gmail.com ;

² Graduada pelo Curso de Psicologia da Universidade de Pernambuco – UPE, angelicaalexandrina@outlook.com;

³ Doutora pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, claudimara.chiste@upe.br;

⁴ Mestra pelo Curso de Ciências da Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias (título reavaliado no Brasil), wilza_l@hotmail.com.

Conselho Nacional de Educação (CNE), é o documento que direciona e rege todos os currículos escolares no país, mobilizando massivamente as instituições de ensino à prática nele proposta. Na BNCC, dentre outras proposições, encontra-se a que tange as competências socioemocionais, também reconhecidas enquanto competências socioafetivas. D'Auria-Tardeli, Pralon e Coelho (2022, p. 83) apontam que

solidariedade, amizade, responsabilidade, colaboração, empatia, organização, ética, cidadania, honestidade. Esses valores (ou características) - tão desejáveis nos relacionamentos humanos e cada vez mais requisitados e necessários nos dias de hoje - deverão ser ensinados, praticados ou pelo menos estimulados também nas escolas. É o que dizem as novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A inclusão destas competências deve se dar através da prática intencional em sala de aula - assim como fora dela nos diferentes contextos educativos da escola - que proporcione o desenvolvimento destas de forma dinâmica e contínua no decorrer do ano escolar. Para tanto, o Ministério de Educação compartilha no caderno de práticas sugestões de formas possíveis de incluir.

De modo crítico, Filipe, Silva e Costa (2021) trazem pontuações e reflexões acerca da BNCC, direcionando a compreensão sobre as competências presentes na base, enquanto fundamentadas em uma pedagogia internacional que, por sua vez, direciona as construções da Educação em diversos países. Do ponto de vista dos autores, em se tratando das competências socioemocionais,

os objetivos proclamados para a escolha dessas dez competências gerais guardam uma contradição: prometem preparar os alunos criticamente para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, com atividades diversificadas, mas capitulam ao projeto ideológico de desenvolvimento da capacidade de adaptação dos sujeitos às práticas sociais de amenização/gerenciamento dos conflitos, para a perpetuação do *status quo*. Além disso, fomentam um desenvolvimento de personalidades individualistas flexíveis, resilientes e competitivas, ao mesmo tempo que autônomas e determinadas. (FILIPE, SILVA e COSTA, 2021, p. 790).

Desta forma, os autores produzem pontos de inflexão que possibilitam a percepção de uma demanda de olhar crítico, para que, mesmo aquilo que está instituído no âmbito legal possa ser revisitado por outras perspectivas em educação, perspectivas críticas e engajadas politicamente na concretização de um processo educativo democrático e emancipador.

Por escola democrática, compreende-se aqui por instituições que dão autoridade aos atores educacionais e viabilizam espaços de indagação. Neste sentido, ao passo em que é trabalhado no itinerário formativo elementos que impulsionam o desenvolvimento das competências socioemocionais, proporcionam ao estudante possibilidades de construção de

vivências fomentadas pela liberdade, autonomia e autogoverno. (CARVALHO, 2009; FREIRE, 1987).

É nos termos políticos que se busca também o asseguramento por parte do poder público quanto às condições para que se concretize o projeto de desenvolvimento integral que fundamenta a instituição Escola. Inserido neste projeto encontram-se hoje, por via da Lei, os(as) psicólogos(as) e assistentes sociais na Educação Básica, garantia da Lei 13.935/19. A sua construção, assim como de tantas outras leis, reflete o compromisso ético-político das categorias profissionais que lutaram pela sua aprovação, e lutam até hoje pela sua efetivação.

Assim também compreende o Conselho Federal de Psicologia (2019, p. 25), e afirma que

não se pode compreender a Educação sem inseri-la no contexto das políticas econômicas, das políticas públicas e das políticas sociais, que lhe dão suporte, sendo fundamental um cuidado especial para que essas terminologias não sejam incorporadas ao cotidiano de trabalho de profissionais, em diferentes campos, sem serem bem compreendidas, analisadas e debatidas.

Nesse contexto, compreende-se ainda que a Educação é um campo que está constantemente em disputa quanto às narrativas, epistemologias e investimentos, havendo hoje, por via da BNCC, a abertura para privatizações, através da interferência de empresas privadas que produzem e vendem materiais didáticos (FILIPE, SILVA e COSTA, 2021, p. 799) também para a Escola Pública (EP). No caso deste relato, trata-se não apenas dos materiais didáticos, como dos programas pedagógicos mais amplos.

À luz destas reflexões, busca-se neste artigo relatar experiências vivenciadas por psicólogas no trabalho da coordenação de um serviço de psicologia escolar, as quais receberam e dialogaram com empresas que estavam promovendo seus programas voltados para a Educação Socioemocional nas escolas. As vivências das profissionais, a partir de uma leitura crítico-reflexiva, levaram a, dentre outras questões, uma que se destaca e é motriz deste texto: afinal, onde está o psicólogo?

METODOLOGIA

O presente artigo se caracteriza enquanto um Relato de Experiência (Mussi, Flores e Almeida, 2021; Daltro e Faria, 2019). De acordo com estes últimos, O RE se inscreve no âmbito de pesquisa qualitativa, realizado por meio da memória de um sujeito cognoscente que estava implicado no processo.

Nesse sentido, esse trabalho se constrói por via da rememoração das vivências de duas psicólogas no contexto da coordenação de um Serviço de Psicologia da Rede Municipal de Educação de Garanhuns/PE, agreste pernambucano, no ano de 2023. As outras duas autoras estavam indiretamente envolvidas no processo de implantação do serviço de Psicologia no município em questão. Ambas as vivências se deram, por sua vez, no primeiro semestre do ano mencionado; nas ocasiões, as coordenadoras do serviço foram convidadas a se reunirem com representantes de duas editoras que vendem programas voltados para a Educação Socioemocional na Escola e, com o objetivo de apresentá-los para a Secretaria de Educação, no intuito de que o município avaliasse a possibilidade de aquisição dos programas.

Durante as reuniões, buscou-se conhecer os programas e suas possibilidades na prática, levantando questões sobre as realidades em que os programas já foram implementados, o suporte aos profissionais que aplicariam os programas, as bases teóricas que fundamentam os programas, as práticas propostas, os profissionais que formam as equipes de apoio, dentre outras questões. Após os encontros foram redigidos relatórios que trataram sobre a descrição dos encontros, assim como o parecer das profissionais quanto à indicação ou rejeição dos programas apresentados. Cada relatório foi encaminhado para as pessoas das gestões da Secretaria de Educação – diretora de ensino e secretária de educação.

Foi durante o processo de diálogo entre as psicólogas, que se deu após as reuniões com os representantes, que foram se construindo reflexões acerca dos programas e das realidades das escolas municipais, contextualizando-as sócio e estruturalmente. Reflexões estas implicadas em um saber-fazer crítico da Psicologia enquanto ciência e profissão, e do uso de saberes cultivados dentro da ciência psicológica.

A partir destas reflexões reverberaram as seguintes questões disparadoras deste trabalho: quais as potencialidades apresentadas pelos programas apresentados? Quais as limitações observadas nestes programas? E, por fim, onde está o(a) psicólogo(a) nos contextos de implementação destes programas?

Para construção deste material optar-se-á pela nomeação fictícia dos programas enquanto Programa 1 e Programa 2, preservando assim os nomes dos programas, editoras e, ao mesmo tempo, o entendimento dos leitores durante a leitura do artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

DAS CONSTRUÇÕES À PRIMEIRA ESCUTA: DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES ENTRE OS PROGRAMAS

Para iniciar as apresentações: (1) o Programa 1 tem como base a produção teórica de um escritor estadunidense evidente no cenário internacional, dada a repercussão dos seus livros, sendo a sua principal referência – referência base do programa apresentado – um best-seller famoso nas categorias de administração e autoajuda; e (2) o Programa 2 tem como base estudos de diversos autores das áreas de Educação, Psicologia, Sociologia e Filosofia, sendo estes estadunidenses e europeus. O primeiro programa possui como foco o desenvolvimento das habilidades socioemocionais para liderança e protagonismo, sendo endossado – conforme descrito no site oficial do programa – pela CASEL (Collaborative for Academic, Social and Emotional), organização sem fins lucrativos voltada para o desenvolvimento de pesquisas e divulgação na área dos estudos das habilidades socioemocionais na Educação em todo o mundo. Já o Programa 2 apresenta em seu material de divulgação um programa voltado para o desenvolvimento de competências “para a vida” (conforme consta repetidas vezes).

Ambos os programas disponibilizam materiais didáticos específicos para a atuação com os diferentes segmentos escolares, assim como possuem plataformas voltadas para a disponibilização dos recursos formativos, assim como, propostas que visam a formação continuada, acompanhamento pedagógico e consultorias/assessoria. A flexibilidade e adaptabilidade no processo de implementação foram destacadas em ambos os programas.

No Programa 2 destaca-se a execução de avaliações antes e depois da implementação das atividades para a comparação dos cenários de aprendizagem socioemocional dos estudantes e a experiência de décadas no setor público brasileiro, sendo isso um diferencial em relação ao primeiro programa, com uma experiência ampla no setor privado, e ainda tímida no setor público.

No Programa 1 observa-se uma preocupação em desenvolver no professor, antes de tudo, as habilidades pretendidas a serem ensinadas, tornando assim o professor também o líder almejado.

Ao serem questionados acerca da presença de psicólogos nas equipes de assessoria e sobre o manejo de possíveis situações de crise e sofrimento intenso engatilhadas pelas intervenções, ambas as equipes de representantes informaram não haver um profissional da área para esse acompanhamento, sendo o suporte realizado pelos profissionais das equipes dos programas, que não necessariamente têm formação em áreas que envolvem a saúde mental, seja em Psicologia, seja em áreas afins.

DAS POTÊNCIAS E LIMITAÇÕES DOS PROGRAMAS

A construção e distribuição de programas como os que são evidenciados no contexto deste artigo apontam, dentre outras coisas, para a efetivação da BNCC e da promoção das habilidades socioemocionais nas escolas brasileiras. Além disso, a contratação de programas que possam auxiliar na estruturação e aplicação de estratégias voltadas para o desenvolvimento de projetos pedagógicos que contemplem a proposta de olhar integral para os processos de aprendizagem e vivência na escola.

A possibilidade de que a saúde mental seja pauta e compromisso da escola como um todo, não atribuindo responsabilidade única e intransferível dos profissionais da Psicologia – ainda tão ausentes dos contextos escolares – é um outro possível ganho ao serem facilitados programas como estes nas escolas. Possibilidade esta que diz ainda da integração dos currículos às demandas socioemocionais (como preconiza a BNCC), e ainda do estabelecimento de formas de cuidado direcionadas não somente aos alunos, mas também aos professores e gestores – considerando o aprendizado coletivo proporcionado.

A construção de uma escola democrática, é também um possível contributo dos programas, visto que estes esquematizam momentos de fala e escuta das emoções, sentimentos e vivências pessoais, e implicação com o desenvolvimento integral dos estudantes.

Para além das potencialidades, vislumbra-se também um horizonte de possíveis limitações dos programas: (1) a aplicação do material sem suporte de profissionais da Psicologia – seja dentro da instituição escolares, seja compondo as equipes de suporte das próprias editoras; (2) a limitação de tempo das formações para aplicação do material e vivência das atividades propostas, com a possibilidade de que sequer haja a formação do professor aplicador a depender da editora contratada; (3) a reprodução de um material que se volta para a saúde mental sem que haja domínio técnico na área, ou ainda, aprofundamento teórico-crítico.

E ONDE ESTÁ O PSICÓLOGO?

Segundo levantamento feito pelo GLOBO, compartilhado em material do site da Associação Paulista de Medicina (2023), o número de psicólogos nas escolas do país não chega a 0.1% do total de alunos matriculados. Tal questão encontra sua relevância ressaltada em âmbitos acadêmicos, sociais e políticos, sendo retratada a preocupação com sua modificação através até mesmo da atual legislação brasileira que, desde 2019 – após quase 20 anos de tramitação – conta com a Lei 13.935/19.

Quando levanta-se tal questionamento acerca da presença dos profissionais da Psicologia nas escolas, por sua vez, busca-se novamente anunciar que a saúde mental na escola pode e deve ser cuidada com o auxílio de profissionais especializados, sendo a temática da educação socioemocional material pedagógico-curricular para apropriação dos professores, mas que se potencializa e ganha sustentações outras no saber-fazer da Psicologia.

O Conselho Federal de Psicologia (2016, p. 66) pontua de modo cuidadoso os aspectos dos diferentes fazeres nas escolas em que se encontram os psicólogos, afirmando que

A intervenção pedagógica visa um processo de aprendizagem que envolve a aquisição de conhecimentos e habilidades, já a intervenção psicológica visa facilitar os processos educacionais através da mediação, considerando que existe um processo de transformação pessoal acontecendo com os indivíduos envolvidos.

Desta forma, distinguem-se os fazeres da Psicologia dos fazeres pedagógicos, compreendendo assim as demandas escolares de modo multiprofissional.

Considera-se ainda, que, apesar de não se tratar precisamente de uma intervenção em saúde mental, a educação socioemocional nas escolas, por vezes, é realizada por e com atores que vivenciam fragilidades, precarizações e violências que podem acabar por encontrar na abertura ao diálogo pedagógico caminhos para desaguar o sofrimento psíquico e o adoecimento. Deste modo, o fortalecimento de uma realidade escolar saudável e acolhedora deve ser primordial e deve, sim, contar com a multidisciplinaridade através da inclusão dos(as) psicólogos(as), proporcionando assim vias de sustentação para que todos, sejam professores ou estudantes, possam seguir em prol do desenvolvimento integral na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da Educação Socioemocional em contextos escolares pode trazer muitos benefícios ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, uma vez que as implicações sociais, emocionais e afetivas dos estudantes influenciam diretamente nas questões voltadas à aprendizagem, nas relações interpessoais, nos modos de subjetivação e nas formas de ser e estar no mundo. Desta forma, compreende-se que a exigência deste componente curricular apontado pela BNCC - apesar da apropriação capitalista e mercantilista das editoras - é salutar a inserção dos conteúdos nas escolas que, mesmo com necessidades urgentes, ainda são tão recentes na Educação, sobretudo na educação pública.

A inserção de profissionais da Psicologia nas escolas brasileiras ainda necessita de maiores expressividades, no que se refere à ocupação de espaços, sobretudo nos contextos de

educação pública. Na dialógica estabelecida entre a prática do psicólogo escolar e os elementos da Educação Socioemocional, este profissional poderá contribuir tecnicamente inserindo a temática nos itinerários formativos, nos componentes curriculares, dentro e para além dos tradicionais e de forma interdisciplinar; no manejo das demandas de saúde mental que comparecem quando se levantam as questões socioemocionais; na contribuição do conhecimento técnico e aporte crítico para além da mera aplicação dos materiais proposto pelas editoras.

Aponta-se aqui, ainda, a possibilidade de mais profissionais da Educação se apropriarem dos conteúdos da Educação Socioemocional para que o(a) estudante tenha acesso dentro e fora da sala de aula, através de projetos, organização de espaços não formais que promovam o desenvolvimento de outras e novas habilidades formativas. Salienta-se, portanto, que a aproximação destes profissionais com a temática se faz necessária desde que demonstrem interesse - indo na contramão do viés impositivo muitas vezes advindo das gestões - habilidades e, sobretudo, capacitação.

Investir em Educação Socioemocional nas escolas é viabilizar outras e novas oportunidades de cuidado, atenção integral, facilitando o processo de aprendizagem, além de preparar o estudante para outras experiências de vida e de futuro, para além das conteudistas tradicionais e formais. Este caminhar direciona para uma aproximação ao que se propõe a integralidade do papel social da escola, promovendo espaços para desenvolvimento da satisfação pessoal, ética e política do(a) estudante em suas ações pessoais e coletivas, na perspectiva da Educação Socioemocional como uma condição libertária.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Karolini. **Site da Associação Paulista de Medicina (2023)**. O reforço necessário: o número de psicólogos na escola não chega a 0,1% do total de alunos. Disponível em:

<<https://www.apm.org.br/o-que-diz-a-midia/o-reforco-necessario-numero-de-psicologos-nas-escolas-nao-chega-a-01-do-total-de-alunos/>>. Acesso em: 13 de nov, 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2019.

CARVALHO, Maria João. Paulo Freire: a construção da escola democrática a partir da decisão. **RBPAE**, v. 25, n. 3, p. 441 - 454, set./dez. 2009. Disponível em:

<https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/c9fd17f8-30cc-4013-8948-bcacb8b287de/content>. Acesso em: 16 nov. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia Escolar: que fazer é esse?**. FRANSCHINI, Rosângela; VIANA, Meire Nunes (orgs.). 215p. Brasília: CFP, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. 2. ed. 67 p. Brasília : CFP, 2019.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 223–237, 2019. DOI: 10.12957/epp.2019.43015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/43015>. Acesso em: 13 nov. 2023.

D'AURIA-TARDELI, Denise; PRALON, Eliane Queiroz Cunha; COELHO, Patrícia Margarida. Base nacional comum curricular (BNCC) e as competências sócioafetivas: uma revisão bibliográfica. **Construção psicopedagógica**, São Paulo, v. 32, n. 33, p. 77-89, 2022.

FILIPE, F. A.; SILVA, D. DOS S.; COSTA, Á. DE C.. Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 112, p. 783–803, jul. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARIN, Angela Helena et al . Competência socioemocional: conceitos e instrumentos associados. **Revista brasileira de terapias cognitivas**, Rio de Janeiro , v. 13, n. 2, p. 92-103, dez. 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872017000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 nov. 2023. <http://dx.doi.org/10.5935/1808-5687.20170014>.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis e Educação**, Vitória da Conquista , v. 17, n. 48, p. 60-77, out. 2021 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 nov. 2023. Epub 25-Nov-2021. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>.

ISSN: 2358-8829

